



Universidade Federal de São Carlos  
Centro de Ciências Humanas e Biológicas (CCHB)  
Departamento de Ciências Humanas e Educação (DCHE)  
Licenciatura em Ciências Biológicas - Noturno  
Campus Sorocaba

**Mayara Alves do Nascimento**

**Panorama sobre Acesso e Permanência de Estudantes com Deficiência na Educação  
Básica no Brasil: Uma Revisão da Literatura**

Sorocaba

2024

Mayara Alves do, Nascimento

Panorama sobre Acesso e Permanência de Estudantes com Deficiência na Educação Básica no Brasil: Uma Revisão da Literatura / Nascimento Mayara Alves do -- 2024.  
37f.

TCC (Graduação) - Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba, Sorocaba  
Orientador (a): Camila Barros de Miranda Moram  
Banca Examinadora: Fernanda de Sousa Marinho, Hylío Lagana Fernandes  
Bibliografia

1. Educação Especial. 2. Pessoa com Deficiência. 3. Educação Básica. I. Mayara Alves do, Nascimento. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Maria Aparecida de Lourdes Mariano - CRB/8 6979

**Mayara Alves do Nascimento**

**Panorama sobre Acesso e Permanência de Estudantes com Deficiência na Educação  
Básica no Brasil: Uma Revisão da Literatura**

Trabalho de Conclusão de Curso como  
parte avaliativa para obtenção de grau  
de Licenciatura em Ciências Biológicas  
da Universidade Federal de São Carlos.

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Camila Barros  
de Miranda Moram.



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

COORDENAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS LICENCIATURA NOTURNO SOROCABA - CCCBLN-So/CCHB

Rod. João Leme dos Santos km 110 - SP-264, s/n - Bairro Itinga, Sorocaba/SP, CEP 18052-780

Telefone: (15) 32296137 - <http://www.ufscar.br>

DP-TCC-FA nº 10/2024/CCCBLN-So/CCHB

Graduação: Defesa Pública de Trabalho de Conclusão de Curso

Folha Aprovação (GDP-TCC-FA)

FOLHA DE APROVAÇÃO

MAYARA ALVES DO NASCIMENTO

PANORAMA SOBRE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL: UMA REVISÃO DA LITERATURA

Trabalho de Conclusão de Curso

Universidade Federal de São Carlos – Campus Sorocaba

Sorocaba, 16 de fevereiro de 2024

ASSINATURAS E CIÊNCIAS

Cargo/Função	Nome Completo
Orientadora	Profª. Drª. Camila Barros de Miranda Moram - UFSCar-So
Examinador	Prof. Dr. Dr Hylio Lagana Fernandes - DCHE, UFSCar-So
Examinadora	Profª. Drª. Fernanda de Sousa Marinho - UFRJ



Documento assinado eletronicamente por **Camila Barros de Miranda Moram, Professor(a) do Ensino Superior**, em 16/02/2024, às 17:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Hylio Lagana Fernandes, Professor(a)**, em 15/03/2024, às 10:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ufscar.br/autenticacao>, informando o código verificador **1356061** e o código CRC **FE22A9C6**.

**Referência:** Caso responda a este documento, indicar expressamente o Processo nº 23112.003488/2024-41

SEI nº 1356061

*Modelo de Documento: Grad: Defesa TCC: Folha Aprovação, versão de 02/Agosto/2019*

### **Dedicatória**

**Dedico meu trabalho à UFSCAR, cujo ambiente acolhedor e educacional proporcionou a base para meu crescimento acadêmico e profissional. Expresso minha profunda gratidão àqueles que desempenharam papéis essenciais nessa jornada: meus irmãos, minha mãe, meu namorado, e minha orientadora. Cada um de vocês contribuiu significativamente para meu percurso acadêmico.**

*Cada pessoa deve trabalhar para o seu aperfeiçoamento e, ao mesmo tempo,  
participar da responsabilidade coletiva por toda a humanidade.*

*Marie curie*

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b> .....	1
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
<b>ESTRATÉGIA DE PESQUISA</b> .....	4
<b>CRITÉRIOS DE SELEÇÃO</b> .....	4
<b>ANÁLISE DOS DADOS</b> .....	5
<b>RESULTADOS</b> .....	5
Figura 1. Síntese do procedimento de seleção dos artigos destinados à revisão bibliográfica.....	6
Quadro 1. Artigos selecionados dentro da temática pesquisada, antes e após seleção dos resumos.....	7
Figura 2. Parcial dos trabalhos selecionados. ....	8
Quadro 2. Caracterização dos estudos selecionados para a revisão narrativa da literatura.....	9
Figura 3. Quantidade de resumos selecionados, com a escolha temporal de 10 anos..	19
<b>DISCUSSÃO</b> .....	20
<b>CONCLUSÃO</b> .....	23
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA</b> .....	24

## RESUMO

**Objetivos:** A presente pesquisa pretende mapear, analisar e sintetizar dados relevantes sobre o acesso e a permanência de estudantes com deficiências matriculados no ensino fundamental, considerando o processo de inclusão, onde a análise crítica dessas fontes permitirá uma compreensão aprofundada das diferentes perspectivas teóricas e metodologias de pesquisa.

**Estratégias de pesquisa:** A pesquisa consiste na ampla busca de estudos sobre o tema ao explorar fontes de informação para conduzir a pesquisa e, a partir desses dados, construir redes e idéias que articulam conhecimento. Na busca por fontes relevantes em quatro bases de dados (Google Acadêmico, Scielo, Lilacs, Iusdata), foram utilizadas algumas frases específicas para facilitar a recuperação desses documentos, facilitando a compreensão do conteúdo relevante em meio a grandes volumes de informações, tais como: pessoa com deficiência; inclusão; recursos acessíveis; aprendizagem inclusiva, etc.

**Crítérios de seleção:** Houve a exclusão de alguns trabalhos encontrados, pois não apresentavam conclusões claras sobre o tema, e incluídos estudos que se enquadram em dissertações, teses, artigos, livros, ou revistas, com fontes dos últimos 10 anos.

**Análise dos dados:** Os dados obtidos das diferentes fontes foram submetidos a um processo de triagem e análises de inclusão e exclusão criteriosa, os trabalhos potencialmente relevantes para a revisão foram apresentados em uma ficha de procedimentos elaborada pela autora deste trabalho, contendo dados sobre a identificação, seleção, elegibilidade e inclusão dos estudos.

**Resultados:** 71 estudos foram encontrados inicialmente. Depois de aplicados os critérios de inclusão e exclusão da leitura dos resumos, 26 trabalhos foram excluídos (foco não específico, falta de relevância em relação a tema, não respeitou a limitação temporal), resultando em um conjunto de 45 estudos para uma leitura completa. Após a análise detalhada desses estudos, 8 textos foram excluídos devido à falta de conformidade com os critérios de parâmetros pré-definidos, resultando, ao final, na inclusão e análise na íntegra de 37 estudos.

**Conclusão:** A necessidade de um estudo aprofundado no sistema educacional visando práticas pedagógicas inclusivas é evidenciada, reconhecendo a singularidade de cada aluno. Professores devem ser preparados para abordagens diferenciadas, promovendo interação entre alunos com e sem deficiência na sala de aula. Essa inclusão não apenas busca acessibilidade, mas empoderamento das comunidades, valorizando a diversidade e singularidade de cada indivíduo e garantindo a permanência do estudante dentro da escola.

**Palavras-Chave:** Pessoa com Deficiência; Inclusão; Recursos Acessíveis; Aprendizagem inclusiva;

## INTRODUÇÃO

Relata-se que até a década de 1930, a sociedade ainda condenava aquele que era fenotipicamente diferente, uma época em que prevaleceu o enfoque na deficiência em si mesma, isto é, no que faltava<sup>(43)</sup>.

Demorou para que as pessoas com deficiência fossem enxergadas pela sociedade antes mesmo de suas deficiências, todo o processo de acessibilidade e direitos foi estruturado de forma árdua e minuciosa<sup>(38)</sup>. Os direitos humanos demarcam uma importante mudança na evolução da cidadania, a maior atenção à educação da pessoa com deficiência começa a surgir com a própria força dos discursos de direitos humanos que nasce principalmente com a Declaração Universal de Direitos Humanos, pois eleva determinados bens e valores a direitos essenciais do sujeito, como o direito à vida e ter uma vida digna<sup>(39)</sup>.

Com a luta pelos direitos civis, políticos e sociais de pessoas com deficiências ganhando força no mundo todo, a partir da década de 1980 se iniciou o processo de inclusão. A ideia da inclusão é que as pessoas com deficiências tenham o direito de conviver em sociedade, e a sociedade tem obrigação de remover barreiras para incluí-las<sup>(46)</sup>.

A Educação, como um direito de todos os cidadãos estabelecido pela Constituição Federal do Brasil (1988), foi reafirmada pela Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (LDBEN). A Lei nº 9394/96 que destina o Capítulo V à Educação Especial em seu artigo define que “educação dos alunos com necessidades especiais deve ser realizada, preferencialmente, na rede regular de ensino, tendo como inspiração o valor da igualdade entre as pessoas”.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146 promulgada em 2015, trouxe mudanças significativas ao ampliar o conceito de deficiência e fortalecer os direitos das pessoas com deficiência em áreas como acessibilidade, trabalho, educação e saúde. A legislação estabeleceu normas mais rigorosas para garantir a inclusão e a participação plena dessas pessoas na sociedade, promovendo medidas como reserva de vagas no mercado de trabalho e reforçando a política de educação inclusiva. A promulgação dessa lei representou um avanço importante na promoção dos direitos e da inclusão das pessoas com deficiência no Brasil. Mas será que a escola, a universidade e a sociedade tratam as pessoas com deficiências de acordo com a sua subjetividade ou ainda vivemos em um mundo capacitista<sup>1</sup>?

---

<sup>1</sup> Esse termo é usado para descrever todo e qualquer tipo de discriminação, opressão e preconceito contra pessoas com deficiência, abrangendo desde a acessibilidade até a forma como essas pessoas são tratadas pela sociedade (UFMG, 2022).

É no âmbito escolar/universitário, ou no mercado de trabalho que vemos o reflexo desse ensino, que não se importa em criar uma aprendizagem inclusiva, onde o aluno com deficiência é capaz de questionar e ser autônomo, a ausência de recursos acessíveis influencia muito na permanência desses alunos, a defasagem de pessoas com deficiências incluídos na sociedade ainda é grande <sup>(40)</sup>. A falta de capacitação de docentes e demais colaboradores escolares se mostra também como um grande desafio no cotidiano da escola regular <sup>(42)</sup>.

A sociedade está em constante mudança, relações antigas de hierarquias capacitistas e autoritárias não deveriam ser mais exercidas na escola, e nem pela sociedade. A inclusão de pessoas com deficiências é o caminho para uma aprendizagem mais efetiva e que constrói cidadãos mais ativos, participativos, e conscientes na sociedade, assim como garante o seu direito de ir e vir, conforme o artigo 27º da Lei/Decreto.

Art. 27 Direito a Cultura: Toda a pessoa tem o direito de tomar parte livremente na vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar no progresso científico e nos benefícios que deste resultam <sup>(45)</sup>.

Uma pessoa com deficiência não é simplesmente um corpo com impedimentos, mas uma pessoa com impedimentos vivendo em um ambiente com barreiras <sup>(46)</sup>.

Até que a criança fique apta a entrar no ambiente escolar, a família é o seu porto seguro, e ainda vai ser por muito tempo depois desse período de ingresso. É um momento de grandes expectativas em relação a um novo ambiente, e essa nova adaptação escolar é um processo essencial no desenvolvimento de ambos, principalmente para a criança. O acolhimento muitas vezes é de função do educador, é uma maneira de propor, de provocar uma experiência, de estar entre muitos e, portanto, estar em relação com quem chega. Ao acolher é possível entrar em contato com as marcas, as histórias, as possibilidades e sensorialidades, é uma ação coletiva, investe nos laços, nas conexões, parte do indivíduo com suas marcas e histórias <sup>(47)</sup>.

A implementação da Educação Especial no ensino regular, exige uma profunda reflexão dos desafios, benefícios e estratégias associadas à inclusão educacional, tendo em vista que o ensino regular é um sistema educacional convencional, estruturado e formal, e visa atender à maioria dos estudantes através de um currículo padrão estabelecido pelas autoridades educacionais. A escolha da Educação Básica como foco para este trabalho justifica-se pela sua importância como alicerce fundamental do sistema educacional, é a porta de entrada que

permite o primeiro contato da criança com novas aprendizagens e descobertas sobretudo que a cerca, a qualidade do ensino nessa fase inicial influencia diretamente o progresso acadêmico subsequente na vida de uma criança.

## **ESTRATÉGIA DE PESQUISA**

Muitas questões norteadoras foram elaboradas na tentativa de responder às inquietações relacionadas ao tema. Como as políticas governamentais e as leis de inclusão influenciam a implementação efetiva da Educação Especial no ensino regular? Qual é o impacto da inclusão no desenvolvimento social e emocional dos alunos com e sem deficiências nas escolas regulares? O que significa verdadeiramente proporcionar uma educação equitativa e acessível?

A pesquisa bibliográfica foi conduzida em bases de dados de acesso público, garantindo a confiabilidade e credibilidade das fontes de informação: Google Acadêmico, Scielo, Iusdata, Lilacs. Através de coleta de dados nas bases de dados, seguindo os padrões para filtragem, relevância ao tema, conformidade com metodologias aceitas, atualização e consistência nas bases de dados, objetividade na seleção e inclusão de estudos diversificados sem duplicatas. Os dados obtidos das diferentes fontes foram submetidos a um processo de triagem e análises de inclusão e exclusão criteriosa, os trabalhos potencialmente relevantes para a revisão foram apresentados em uma ficha de procedimentos elaborada pela autora deste trabalho, contendo dados sobre a identificação, seleção, elegibilidade e inclusão dos estudos, e os textos organizados em tabelas para melhor compreensão.

## **CRITÉRIOS DE SELEÇÃO**

A pesquisa em questão envolveu um processo extenso e minucioso de seleção de estudos, realizado em quatro bases de dados distintas, utilizando palavras-chave pertinentes ao tema em análise. Além disso, foram aplicados critérios de filtragem para sustentar a relevância e a consistência dos dados obtidos. A etapa inicial desse procedimento consistiu na busca ativa de informações por meio das bases de dados selecionadas, utilizando termos específicos relacionados ao tema central da pesquisa tais como: pessoa com deficiência; inclusão; recursos acessíveis; aprendizagem inclusiva etc. Não houve um padrão na utilização destas palavras-chave, para cada base de dados foram utilizadas as palavras que mais forneciam material para o estudo. Esse método de seleção foi fundamental para garantir a abrangência e a representatividade dos estudos considerados para pesquisa.

Alguns materiais com foco não específico, falta de relevância em relação ao tema, duplicatas, textos de difícil acesso, relatos de pesquisa, língua internacional, e limitação temporal foram excluídos a fim de evitar a inclusão de elementos ou dados que não sejam relevantes para a pesquisa, foram incluídos apenas estudos publicados dentro de um intervalo de tempo específico para garantir relevância atualizada, 10 anos, e estudos que se enquadram em, dissertações, teses, artigos, livros, ou revistas científicas fielmente relacionados ao tema e apenas estudos de revistas científicas ou instituições acadêmicas reconhecidas para assegurar qualidade e confiabilidade.

Para alcançar os objetivos deste estudo, também foram selecionados apenas artigos da Literatura Nacional. Essa seleção foi feita para garantir uma investigação focada e aprofundada, direcionada especificamente ao contexto educacional do país. A escolha por artigos exclusivamente brasileiros permite a realização de uma análise mais precisa das políticas, práticas e barreiras presentes dentro do ambiente educacional do Brasil, contribuindo para um entendimento mais específico e localizado do tema em questão. As revisões de estudos também foram direcionadas a uma população específica, crianças com deficiência, inseridas no ensino regular.

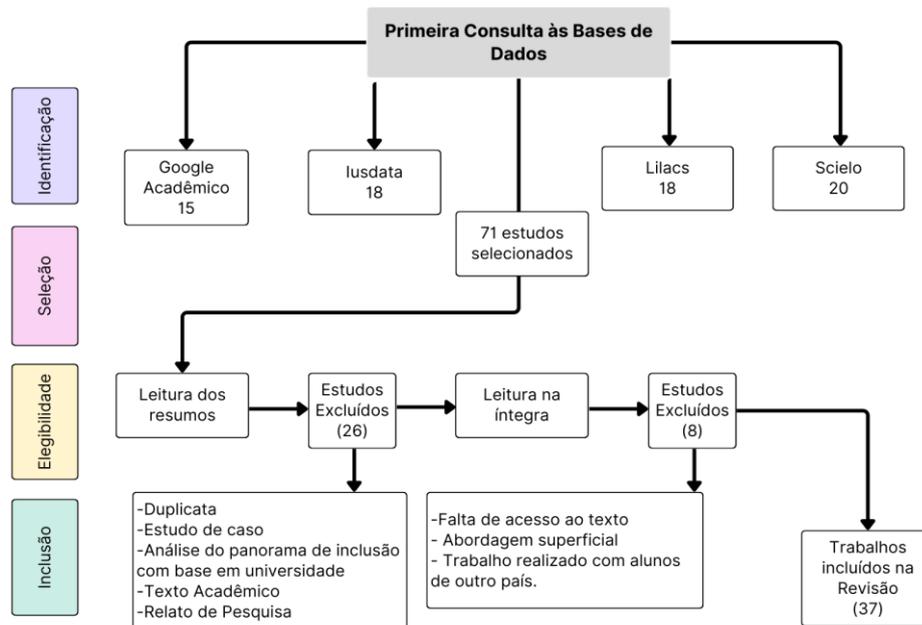
## **ANÁLISE DOS DADOS**

Após a obtenção dos dados, houve um processo refinado de triagem e análise, no qual cada estudo foi submetido a uma análise de acordo com os critérios de inclusão e exclusão já estabelecidos. Tal procedimento visou identificar os trabalhos com potencial relevância para a revisão em questão. Essa fase crítica permitiu a identificação e a organização dos estudos considerados mais favoráveis. Foram então organizados de forma sistemática e detalhada em uma ficha de procedimentos, onde foram registradas informações essenciais sobre a identificação dos estudos, os critérios de seleção, elegibilidade e inclusão, oferecendo uma visão ampla e estruturada do processo de escolha e avaliação dos estudos incluídos na pesquisa.

## **RESULTADOS**

O processo de obtenção e seleção dos 71 artigos para a revisão de literatura encontra-se sintetizado de maneira visual na Figura 1, oferecendo uma representação clara das etapas de filtragem e seleção.

**Figura 1. Síntese do procedimento de seleção dos artigos destinados à revisão bibliográfica.**



**Fonte:** Elaborada pela autora

O conjunto de registros obtidos e selecionados a partir das distintas bases de dados encontra-se apresentado de maneira concisa no Quadro 1 e Figura 2. Inicialmente, dos 71 artigos identificados, 26 foram excluídos devido a alguns trabalhos tratarem de duplicidade em múltiplas bases de dados, estudos de caso, análises do panorama de inclusão com base em universidades ou se tratarem de textos acadêmicos. Resultou em um conjunto de 45 artigos para uma leitura minuciosa na íntegra. Após a análise completa desses artigos, 8 foram excluídos por não atenderem aos critérios predefinidos para inclusão na revisão, e 37 trabalhos foram incluídos para revisão.

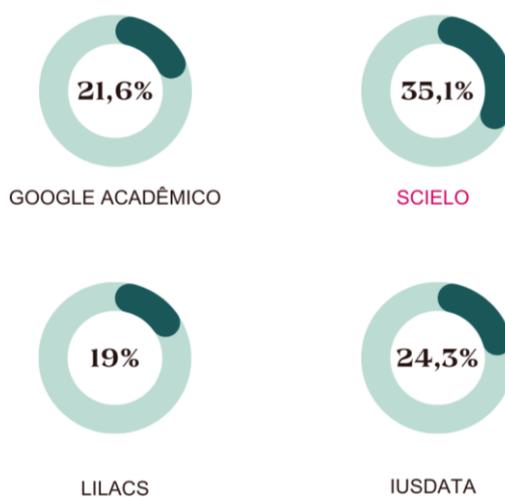
**Quadro 1. Artigos selecionados dentro da temática pesquisada, antes e após seleção dos resumos.**

<b>Base de Dados</b>	<b>Palavra “Chave”</b>	<b>Selecionados</b>	<b>Selecionados após seleção dos resumos</b>	<b>Selecionados após leitura completa dos trabalhos</b>
Google Acadêmico	Ensino Inclusivo Pessoa com Deficiência Recursos Acessíveis Ensino Regular Inclusivo Escola Acessível.	15	10	8
Scielo	Inclusão Ensino regular inclusivo Transição escolar Integração Escola inclusiva	20	14	13
Lilacs	Educação inclusiva Inclusão Integração Escola Especializada	18	10	7

Iusdata	Acessibilidade Intervenção Pedagógica Escola Acessível	18	11	9
---------	---	----	----	---

Fonte: Elaborada pela autora

**Figura 2. Parcial dos trabalhos selecionados.**



Fonte: Elaborada pela autora

A amplitude de assuntos abordados em cada um dos 37 artigos selecionados encontra-se detalhadamente descrita no Quadro 2 e Figura 3, oferecendo uma visão abrangente dos temas tratados nesses estudos. Essa síntese do processo de seleção e exclusão de artigos durante a revisão ressalta o rigor metodológico empregado para garantir a relevância e a pertinência dos materiais incluídos, proporcionando um panorama estruturado e detalhado do escopo e da diversidade de conteúdos explorados na revisão de literatura.

**Quadro 2. Caracterização dos estudos selecionados para a revisão narrativa da literatura.**

<b>Base de Dados</b>	<b>Título do Artigo</b>	<b>Autores e Ano de Publicação</b>	<b>Proposta do estudo</b>
Iusdata	Educação Inclusiva, ou Educação para Todos? Contribuições da Teoria histórico-cultural para uma análise crítica da realidade escolar.	1. Sandra Paula da Silva Batistão, 2013.	Analisou os limites e as possibilidades da educação inclusiva com finalidade de identificar caminhos para o processo de superação do que está instituído no cotidiano.
Scielo	Inclusão de crianças com necessidades educativas especiais na educação Infantil.	2. Maria Teresa Brandão, Marco Ferreira, 2013.	Discutiu a importância da inclusão nas instituições de educação pré-escolar
Scielo	A questão linguística na inclusão escolar de alunos surdos: ambiente regular inclusivo versus ambiente exclusivamente ouvinte.	3. Patrícia Aspilicueta, Carla Delani Leite, Emileine Cristine Mathias Rosa, Gilmar de Carvalho Cruz, 2013.	Visou à descrição da linguagem utilizada por alunos surdos em contexto inclusivo, focalizando ambientes escolares distintos: um exclusivamente ouvinte, com presença de apenas uma aluna surda em toda a escola; e outro em que há concentração de alunos surdos na mesma escola.

Scielo	Educação Especial e Inclusão Escolar: tramas de uma política em implantação.	4. Rosangela Gavioli Pietro, Karina Soledad Maldonado Molina Pagnez, Roseli Kubo Gonzalez, 2014.	Resultou de uma preocupação com a implementação de políticas municipais para a efetivação de propostas sustentadas em princípios da educação inclusiva.
Google Acadêmico	Atitudes dos professores do ensino básico face à educação inclusiva de alunos com necessidades educativas especiais.	5. Catarina Sampaio, José Morgado, 2014.	Analisou as atitudes de 79 professores do Primeiro Ciclo do Ensino Básico face à inclusão
Google Acadêmico	Atitudes e Práticas dos Professores Face à Inclusão de Alunos com Necessidades Educativas Especiais.	6. Maria Deolinda Oliveira Silva, Célia Ribeiro, Anabela Carvalho, 2014.	Discorreram sobre a problemática: quais as atitudes e práticas dos professores dos 2º e 3º ciclos face à inclusão de crianças e jovens com Necessidades Educativas Especiais (NEE) na sala de aula.
Lilacs	Psicologia escolar e necessidades especiais: visão dos professores das escolas de Boa Vista, Roraima.	7. Gleidson Diego L. Loureto, Soraya Ivon Ramirez Moreno, Aline Cândida da Silva, Thainara B. Santos, 2015.	Investigou as contribuições do psicólogo escolar (PE) frente aos alunos com NEEs na visão dos professores.

Scielo	Educação Inclusiva: Entre a História, os Preconceitos, a Escola e a Família.	8. Sylvia da Silveira Nunes, Ana Lucia Saia, Rosana Elizete Tavares, 2015.	Problematizou as relações entre escola e família, partindo da educação especial, sob a perspectiva da educação inclusiva.
Scielo	Demandas de Professores Decorrentes da Inclusão Escolar.	9. Selma Norberto Matos, Enicéia Gonçalves Mendes, 2015.	Analisou as demandas dos professores decorrentes da inclusão escolar.
Lilacs	A interface entre saúde e educação: Percepções de educadores sobre educação inclusiva.	10. Carla Cilene Baptista da Silva, Elaine Soares da Silva Molero, Marcelo Domingues Roman, 2016.	Apontou argumentos para a necessidade de uma efetiva colaboração entre saúde e educação, em que ambas conservem suas especificidades reciprocamente.
Lilacs	Barreiras e recursos à aprendizagem e participação de alunos inclusivos.	11. Diana Villac Oliva, 2016.	Investigou a qualidade do trabalho inclusivo oferecido a uma aluna com deficiência visual de classe regular.

Google Acadêmico	Inclusão de alunos da educação especial: como se dá o trabalho pedagógico no ensino fundamental?	12. Suzana Sirlene da Silva, Relma Urel Carbone Carneiro, 2016.	Verificaram como estava se dando o trabalho docente com alunos da educação especial em sala comum.
Iusdata	Instituição Especializada e o Apoio à Escolarização do Aluno com Deficiência: Avanços e Retrocessos em Tempos de Inclusão.	13. Yuna Lélis Beleza Lopes, Noeli Prestes Padilha Rivas, Cristina Cinto Araújo Pedroso, 2016.	Apresentou resultados entre instituição especializada e escola comum no apoio à escolarização do aluno com deficiência, em um município do interior do Estado de São Paulo.
Google Acadêmico	Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces.	14. Eder Pires de Camargo, 2017.	Estabeleceram diferenças, pontos e contrapontos entre inclusão social, educação inclusiva e educação especial.
Iusdata	Escolarização e currículo: consideração no campo das deficiências.	15. Fábio Junio da Silva Santos, 2017.	Escolarização e pessoas com deficiência, transversalizada pelo currículo.

Lilacs	Encontros e desencontros na inclusão escolar de alunos deficientes físicos: uma visão a partir da promoção da saúde.	16. Bruna Domingos dos Santos, 2017.	O estudo pretendeu articular saúde e educação como aspectos indissociáveis da vida humana, e o objetivo foi compreender os processos de significação relacionados à inserção de escolares deficientes físicos na educação básica, a partir dos princípios da política de promoção de saúde.
Iusdata	Inclusão e direito à aprendizagem de alunos com deficiência intelectual em escola municipal.	17. Ingrid Anelise Lopes, 2018.	Analisou-se a trajetória escolar de alunos com deficiência intelectual em escola pública.
Scielo	A inclusão de alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento: Travessias nos currículos escolares.	18. Alexandro Braga Vieira, Ines de Oliveira Ramos, Renata Duarte Simões, 2018.	Desafio de articulação dos currículos escolares com os pressupostos da escolarização de alunos com deficiência.

Google Acadêmico	Autismo e inclusão no ensino regular: o olhar dos professores sobre esse processo.	19. Joice Otávio Ponce, Jorge Luís Ferreira Abrão, 2019.	Realizaram um estudo investigativo para compreender a visão dos professores sobre o processo inclusivo.
Iusdata	Narrativas de jovens sobre sua experiência em escolas regulares e exclusivas: estudo exploratório sobre a educação especial em um município do estado de SP.	20. Maria Fernanda Pinho Leandro Ribeiro, 2019.	Registrou as narrativas de jovens tidos como público - alvo da educação especial e que frequentaram a rede municipal de ensino.
Scielo	Políticas de educação especial no estado de Alagoas	21. Marilza Pavezi, Jefferson Mainardes, 2019.	Apresenta uma análise das políticas de Educação Especial produzidas e colocadas em ação no Estado de Alagoas.
Scielo	Escola inclusiva: Uma iniciativa partilhada por pais, alunos e funcionários da escola.	22. Gislaine F. Menino-Mencia, Maria de Fátima B., Mônica P. dos Santos, Vera Lucia M. F. Capellini, 2019.	Investigou o que pensam os pais, alunos e equipe escolar sobre a temática da escola inclusiva.

Lilacs	O que podemos aprender com os autistas: A experiência clínica de uma professora do ensino fundamental e um aluno autista.	23. Patrícia Fernandes de Carvalho, 2019.	Refletiu sobre o conceito de inclusão sob duas perspectivas:
Google Acadêmico	Inclusão da criança com deficiência no ensino regular: olhar das famílias sobre a inclusão na escola.	24. Circe Mara Marques, Lurdes Caron, Adriane Alves da Cruz, 2020.	Analisou o olhar das famílias de crianças com deficiência sobre seu próprio filho e sobre o processo de inclusão no ensino regular
Scielo	Mediação em sala de aula na construção do conhecimento nas escolas inclusivas.	25. Fabiana Luiza de Rezende Mendonça, Danielle Sousa da Silva, Franciene Soares Barbosa-Andrade, Daniele N. Henrique Silva, 2020.	Objetivou identificar as mediações entre professor-aluno e aluno-aluno (com e sem deficiência) em uma atividade colaborativa em sala de aula inclusiva

Scielo	Ensino de ciências e inclusão: representações sociais de professoras do fundamental II.	26. Maíra Souza Machado, Maxwell Siqueira, 2020.	Analisou como docentes de ciências do fund II que lecionam para alunos com deficiência têm se posicionado frente à inclusão educacional.
Scielo	Concepções de professores sobre a política de educação inclusiva: um estudo de caso.	27. Marcelo Domingues Roman, Elaine Soares da Silva Molero, Carla Cilene Baptista da Silva, 2020.	Investigou como professores entendem a educação inclusiva, buscando conhecer suas dificuldades e necessidades para a efetivação desta política.
Iusdata	Pela voz do outro: a construção social da deficiência na escola.	28. Andrea Soares, Daniela Leal, 2020.	Analisou o processo de construção social da diferença na escola, em especial da deficiência – diferença estigmatizada, inferiorizada e historicamente marginalizada – e os modos como a pessoa com deficiência vivenciam a realidade escolar.
Google Acadêmico	Inclusão na educação básica brasileira: análise do censo escolar por meio dos microdados do INEP.	29. Patrick Alves Vizzotto, 2020.	Por meio de uma pesquisa documental, apresentaram um panorama da população de alunos com deficiência da educação básica do País através de uma análise dos Microdados do INEP

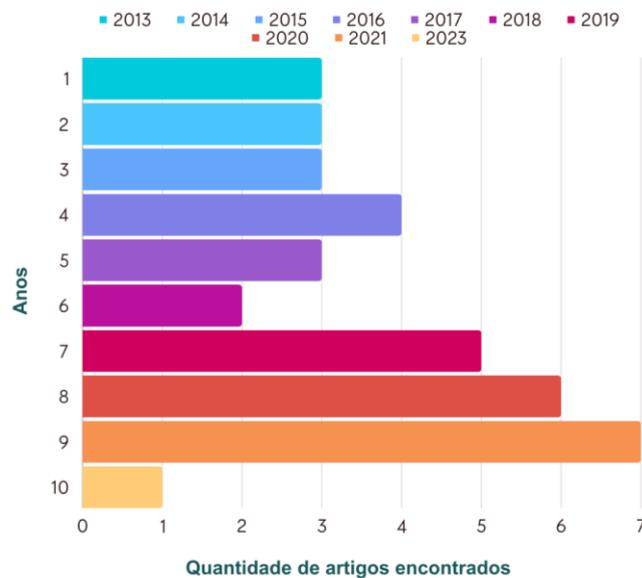
<p>Google Acadêmico</p>	<p>O direito fundamental à educação inclusiva e a retenção voluntária das crianças com deficiência intelectual na educação infantil por um ano adicional.</p>	<p>30. Paulo Ricardo Schier, Ricardo dos Reis Pereira, 2021.</p>	<p>O Direito Fundamental à Educação Inclusiva garante às crianças com deficiência permaneçam por um ano adicional no Ensino Infantil, para o atingimento de um nível adequado de desenvolvimento cognitivo, antes do ambiente escolar do Ensino Fundamental.</p>
<p>Scielo</p>	<p>Atitudes Sociais de Agentes Educacionais em Relação à Inclusão e à Formação em Análise do Comportamento Aplicada.</p>	<p>31. Priscila Benitez, Vanessa Cristina Paulino, Ailton Paulo Oliveira Jr, Camila Domeniconi, Sadao Omote, 2021.</p>	<p>Considerando os principais desafios da inclusão escolar de estudantes com (TEA) na rede regular de ensino, a pesquisa avaliou atitudes sociais de agentes educacionais formais e informais em relação à inclusão antes e após um programa de formação em Educação Especial e Inclusiva fundamentado na Análise do Comportamento Aplicada.</p>
<p>Lilacs</p>	<p>Conhecimento de professores sobre a inclusão de alunos com deficiência auditiva no ensino regular.</p>	<p>32. Jussara Barros da Silva, Vanessa Luisa Destro Fidêncio, 2021.</p>	<p>Avaliou o conhecimento de professores sobre perda auditiva, para favorecer a aprendizagem do aluno com deficiência auditiva no ensino regular</p>

Lilacs	Segregar ou incluir? Coalizões de defesa, ideias e mudanças na educação especial no Brasil.	33. Letícia Maria Schabbach, Júlia Gabriele Lima da Rosa, 2021.	Examinou as mudanças na escolarização das pessoas com deficiência (PcD) no Brasil, advindas da difusão de ideias e ações governamentais que introduziram a perspectiva da inclusão na educação especial
Iusdata	Ensino de Ciências e a Inclusão de Estudantes com Deficiência Intelectual: relatos de professores da rede pública municipal de ensino de São Paulo.	34. Fagner Silva Barbosa de Abreu, 2021.	Discuti sobre o que professores que atuam no Ensino de Ciências relataram como desafios e possibilidades para o desenvolvimento de atividades em classes comuns em que há estudantes com Deficiência Intelectual?
Iusdata	O ensino de Ciências por investigação no Ensino Fundamental: possibilidades e desafios com estudantes surdos.	35. Ronaldo Santos Santana, 2021.	Investigou as possibilidades e os desafios que o ensino de Ciências pode proporcionar ao professor bilíngue e aos seus alunos surdos nos anos finais do Ensino Fundamental.

Scielo	Implementação do ensino remoto durante a pandemia: qual o lugar da educação especial?	36. Amanda Costa Camizão, Patricia Santos Conde, Sonia Lopes Victor, 2021.	Analisou o processo de implementação do ensino remoto com vistas ao atendimento educacional especializado aos estudantes da educação especial em tempo de pandemia.
Iusdata	Relação entre famílias de alunas (os) com deficiências e escolas no contexto da educação inclusiva:: uma revisão da literatura.	37. Elisa Regina Castro de Oliveira, Marcia Maurilio Souza, Marcelo de Oliveira Fonseca, 2023.	Se propôs a identificar as dificuldades apresentadas na relação famílias das(os) alunas(os) com deficiências e escolas, como essas dificuldades são enfrentadas pelas famílias e pelos(os) profissionais das escolas.

Fonte: Elaborada pela autora

**Figura 3. Quantidade de resumos selecionados, com a escolha temporal de 10 anos.**



Fonte: Elaborada pela autora

## DISCUSSÃO

Não há no país uma cultura de inclusão bem definida, a redução de pessoas com deficiências não é perceptível apenas nos ambientes culturais, mas também em qualquer outro tipo de ambiente social, seja no ambiente de trabalho, ou em espaços escolares. E foi em relação a este último item que indaguei-me pensando onde estão essas crianças, essas pessoas.

Nos caminhos percorridos pela pesquisa, percebeu-se que quando falamos de escola, grande parte da sociedade acredita que a mesma promove uma educação igualitária e de qualidade para todos, entretanto, vemos que na realidade se tratando de oportunidades equitativas a todos os alunos, ainda avançamos muito pouco<sup>(43)</sup>.

Segundo Aubert et al (2016), é fundamental pautar o ensino em atuações que tenham evidências científicas, nesse sentido, compreender o que está tendo bons resultados em outros contextos é importante para pensarmos o que estamos fazendo em nosso contexto.

O tópico em análise é fundamentado na seguinte questão norteadora: Como as políticas governamentais e as leis de inclusão influenciam a implementação efetiva da Educação Especial no ensino regular?

Após minuciosa pesquisa bibliográfica e análise dos artigos relevantes para esta revisão, constatou-se que para viabilizar a educação inclusiva, é imperativo implementar efetivamente a Educação Especial no ensino regular<sup>(1)</sup>. Tal implementação deve ser orientada por políticas governamentais e leis de inclusão. Essas políticas estabelecem diretrizes claras, alocação de recursos financeiros e apoio adicional para criar ambientes educacionais inclusivos. Requer, igualmente, uma reflexão profunda sobre o que verdadeiramente significa oferecer uma educação equitativa e acessível. Logo, a proposta da educação inclusiva não deve ser dissociada da busca pela melhoria e transformação geral do sistema educacional<sup>(4)</sup>. Incluir não se restringe apenas a criar salas de aula físicas com a presença de todos os alunos; trata-se, sobretudo, de construir um ambiente onde cada criança, independentemente de suas habilidades ou deficiências, possa prosperar intelectual, emocional e socialmente.

É crucial reconhecer que as políticas educacionais não operam isoladamente na sociedade; elas estão intrinsecamente ligadas à realidade social mais ampla. Vale ressaltar que a falta de intérpretes de Libras, a resistência à contratação de acompanhamento especializado, a inexistência de calçadas e transportes acessíveis, e a recusa de matrícula nas escolas exemplificam problemas em pauta<sup>(45)</sup>. As mudanças sociais são fundamentais para a base da

educação. No entanto, a inclusão de pessoas com deficiências ou transtornos no atual contexto de precarização não é suficiente para romper o ciclo da exclusão<sup>(27, 33)</sup>.

Muitas vezes, a criança nos seus anos iniciais ao invés de estar dentro da sala de aula aprendendo a contar e ler o alfabeto, está num canto da sala ou até mesmo num pátio da escola pintando um desenho qualquer, a do fundamental dois, ao invés de estar fazendo uma prova, está no pátio pintando um desenho, a do ensino médio ao invés de estar na aula de educação física está em outro canto observando as interações ao seu redor, mas tratado como invisível<sup>(49)</sup>. E quando se abre essas discussões no ambiente escolar, a resposta é que se existem lugares para “pessoas especiais”, porque os pais ainda se preocupam em ocupar os espaços de escolas com as crianças ditas “normais”<sup>(50)</sup>.

Nessa reflexão, torna-se vital considerar a individualidade de cada estudante com necessidades especiais. Cada criança possui uma gama única de habilidades, desafios e potencialidades. As políticas de inclusão devem refletir essa diversidade, garantindo que os educadores estejam devidamente capacitados para compreender as necessidades específicas de cada aluno e ajustar suas abordagens de ensino conforme necessário<sup>(18)</sup>.

A conscientização sobre as necessidades dos estudantes com deficiências, o estímulo à empatia e a promoção do diálogo aberto têm o poder de desafiar estereótipos e preconceitos, contribuindo para a criação de um ambiente onde todos os alunos se sintam valorizados<sup>(33)</sup>. Infelizmente, em casos de crianças com deficiência ou problemas de desenvolvimento, algumas forças podem exercer pressão no sentido da exclusão e do isolamento, influenciando uma possível desistência, ou evasão escolar<sup>(3)</sup>.

Além disso, observou-se a incipiência da relação entre família e escola, demandando uma compreensão mais aprofundada de sua dinâmica, entraves e a identificação de estratégias adicionais para seu desenvolvimento<sup>(8,19)</sup>. Professores e outros profissionais da educação frequentemente se veem limitados pelas políticas educacionais impostas de maneira pouco democrática<sup>(5)</sup>.

Por meio de diferentes níveis de intervenção, o Instrumento de Formação Inicial e Continuada para Professores, Gestores Escolares, visando à construção da escola inclusiva, pode estabelecer uma abordagem organizada, eficiente e eficaz para que as escolas atendam às diversas necessidades dos alunos<sup>(42)</sup>.

Como seria benéfico se os professores, em sua formação tivessem um preparo para lidar corretamente com crianças com deficiências no decorrer de seu desenvolvimento, as diferentes disciplinas curriculares que poderiam ser abordados de formas diferentes com essas crianças,

buscando sempre incluí-las nas atividades da sala de aula, junto com os outros colegas de classe, trazendo essa interação mútua, para que o aluno com e sem deficiência entenda o espaço em que está inserido e aprenda a respeitar os colegas de classe, assim como, não se pode descartar o processo inverso, a importância das outras crianças entenderem o que é a deficiência do colega de sala, e como podem interagir com o colega.

Vários elementos extraídos das fontes consultadas enfatizam a importância da inclusão escolar, da parceria entre família e escola e a criação de uma ponte entre ambos que pode ser benéfica para todos os envolvidos: alunos, pais e professores<sup>(24)</sup>. Além do valor da diferença, como uma oportunidade de evolução humana, incentivando a compreensão, aceitação e respeito pela diversidade<sup>(5, 6, 10)</sup>.

Ao analisar os diversos materiais, pude observar que quando fazemos uma pesquisa sobre educação em geral, encontramos muitos exemplos de ferramentas didáticas usadas para causar e despertar atenção e curiosidade dos alunos, que fazem com que tenham a oportunidade de poder observar e destacar o que mais os chama a atenção em certa atividade, mas pouco se fala sobre materiais de apoio para se usar em sala com os alunos de necessidades especiais, é claro que muitas vezes poderá ser usado o mesmo material, naturalmente, mas que em certos casos talvez precise de uma pequena adaptação, mas que adaptação seria essa? Em grupo ou individualizada? Apresentou resultados? O que poderia melhorar? E talvez isso seja resultado do treinamento precarizado que é oferecido aos professores.

Portanto, considerando as diretrizes inclusivas frente à realidade institucional, é fundamental compreender que o direito constitucional do aluno à matrícula na instituição regular vai além da simples inserção dos educandos público-alvo desta política em salas regulares<sup>(12)</sup>. Implica, igualmente, em oferecer suporte necessário ao professor e à escola para priorizar práticas inclusivas e dialógicas na ação pedagógica<sup>(27, 32)</sup>. A inclusão no ensino regular exige recursos adequados, não somente financeiros, mas também emocionais, para os estudantes e professores<sup>(34)</sup>.

Por fim, a reflexão sobre a implementação da Educação Especial no ensino regular deve conduzir a uma compreensão mais profunda de nossa responsabilidade coletiva<sup>(37)</sup>. É um processo contínuo de aprendizado e ajuste, baseado no respeito à diversidade e no compromisso com a igualdade de oportunidades<sup>(2, 14)</sup>. Ao buscarmos criar ambientes educacionais mais inclusivos, contribuimos para a construção de um futuro em que cada criança, independentemente de suas habilidades, possa alcançar seu potencial máximo e participar plenamente na sociedade.

## CONCLUSÃO

A discussão em torno do sistema educacional destaca a necessidade de um estudo aprofundado que abrace um processo inclusivo, adequado às diversas necessidades dos alunos, respeitando suas singularidades. Cada pessoa é única e aprende de maneira distinta, o que demanda uma abordagem individualizada para alunos com deficiências. É crucial que os professores compreendam essa diversidade de aprendizado para tornar a experiência escolar significativa, permitindo que os alunos absorvam conhecimentos diversos, o que impacta diretamente em seu futuro, desde ingressar em universidades até exercer autonomia em suas atividades cotidianas.

Ao analisar os dados bibliográficos sobre leis e trajetórias de alunos com deficiência no ensino fundamental, reflete-se sobre a importância de uma formação que prepare os professores para lidar de forma eficaz com crianças com deficiências ao longo de seu desenvolvimento escolar. Isso implica em abordagens diferenciadas nas disciplinas curriculares, buscando a inclusão desses alunos nas atividades da sala de aula. Essa interação mútua entre alunos com e sem deficiência possibilita uma compreensão do espaço compartilhado e promove o respeito mútuo, tanto dos alunos quanto dos colegas, enfatizando a necessidade de compreensão e interação entre eles.

A inclusão de estudantes com deficiências não se limita apenas a proporcionar acessibilidade à comunidade escolar, mas também visa empoderar essas comunidades. Garantir ambientes educacionais mais acessíveis, onde as necessidades individuais de cada aluno são atendidas, promove a valorização da singularidade de cada indivíduo e permanência estudantil. Espera-se que esta pesquisa contribua para a reflexão de diferentes docentes durante sua formação, incentivando-os a reconhecer a singularidade de seus alunos para a criação de práticas que gerem resultados positivos na aprendizagem. Proporcionar informações e discussões aprofundadas pode beneficiar a inclusão desses estudantes no ensino, resultando na construção de novos conhecimentos e na identificação de alternativas para estabelecer a equidade de oportunidades no âmbito educacional.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

1. BATIDÃO, S. P. Educação Inclusiva, ou Educação para Todos? Contribuições da Teoria histórico-cultural para uma análise crítica da realidade escolar. **Dissertação (Mestrado). Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo**, 2013.
2. BRANDÃO, M. T., & Ferreira, M. (2013). Inclusão de crianças com necessidades educativas especiais na educação Infantil. **Rev. Bras. Ed. Esp., Marília**, v. 19, n. 4, p. 487-502, Out.-Dez., 2013
3. ASPILICUETA, P. et al.. A questão linguística na inclusão escolar de alunos surdos: ambiente regular inclusivo versus ambiente exclusivamente ouvinte. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 19, n. 3, p. 395–410, jul. 2013.
4. PRIETO, R. G., Pagnez, K. S. M. M., & Gonzalez, R. K. (2014). Educação Especial e Inclusão Escolar: tramas de uma política em implantação. **Educação & Realidade, Porto Alegre**, v. 39, n. 3, p. 725-743, jul./set. 2014.
5. SAMPAIO, Catarina; MORGADO, José. As atitudes dos professores do primeiro ciclo do ensino básico face à educação inclusiva de alunos com necessidades educativas especiais. **Revista Interações**, v. 10, n. 33, 2014.
6. SILVA, Maria Deolinda Oliveira; RIBEIRO, Célia; CARVALHO, Anabela. Atitudes e práticas dos professores face à inclusão de alunos com necessidades educativas especiais. **Revista portuguesa de pedagogia**, v. 47, n. 1, p. 53-73, 2014.
7. DIEGO, L. L. , G., Ivon Ramirez Moreno, S., Cândida da Silva, A., Brito Santos, T., & Luã Oliveira Xavier, P. (2015). Psicologia escolar e necessidades especiais: visão dos professores das escolas de Boa Vista, Roraima 33(83), 511–525. **Psicol Argum.** out./dez, 2015.
8. NUNES, S. DA S.; SAIA, A. L.; TAVARES, R. E. Educação Inclusiva: Entre a História, os Preconceitos, a Escola e a Família. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 35, n. 4, p. 1106–1119, out. 2015.

9. MATOS, S. N.; MENDES, E. G.. Demandas de Professores Decorrentes da Inclusão Escolar. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 21, n. 1, p. 9–22, jan. 2015
10. DA SILVA, C. C. B., da Silva Molero, E. S., & Roman, M. D. (2016). A interface entre saúde e educação: Percepções de educadores sobre educação inclusiva. **Psicologia Escolar e Educacional, SP** V.20(1), 109–115. 2016.
11. OLIVIA, DV (2016). Barreiras e recursos à aprendizagem e participação de alunos inclusivos. *Psicologia USP*, 27(3), 492–502, 2016.
12. DA SILVA, Suzana Sirlene; CARNEIRO, Relma Urel Carbone. Inclusão escolar de alunos público-alvo da educação especial: como se dá o trabalho pedagógico do professor no ensino fundamental I?. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, p. 935-955, 2016.
13. LOPES, A., & Pedroso, C. C. A. (2016). Instituição Especializada e o Apoio à Escolarização do Aluno com Deficiência: Avanços e Retrocessos em Tempos de Inclusão. **Universidade de São Paulo (USP)**, São Paulo/SP – Brasil.  
p. 97–116, 2016.
14. CAMARGO, Eder Pires de. Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces. **Ciência & Educação (Bauru)**, v. 23, p. 1-6, 2017.
15. SANTOS, F. J. S. Escolarização e currículo: consideração no campo das deficiências. 2017. 147 f. **Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo**, São Paulo, 2017.
16. SANTOS, Bruna D. dos. Encontros e desencontros na inclusão escolar de alunos deficientes físicos: uma visão a partir da promoção da saúde. 2017. 182 f. (Dissertação Mestrado em Ciências) - **Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo**, 2017.
17. LOPES, I. A. Inclusão e direito à aprendizagem de alunos com deficiência intelectual em escola municipal paulistana. 2018. 298f. **Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo**, São Paulo, 2018.

18. VIEIRA, A. B., Ramos, I. de O. Simões, RD (2018). A inclusão de alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento: Travessias nos currículos escolares. **Educação e Pesquisa**, , São Paulo, v. 44, e 180213, 2018.
19. PONCE, Joice Otávio; ABRÃO, Jorge Luís Ferreira. Autismo e inclusão no ensino regular: o olhar dos professores sobre esse processo. **Estilos da Clínica**, v. 24, n. 2, p. 342-357, 2019.
20. RIBEIRO, Maria F. P. L. Narrativas de jovens sobre sua experiência em escolas regulares e exclusivas: estudo exploratório sobre a educação especial em um município do estado de São Paulo. 2019. 133f. Dissertação (Mestrado) - **Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, SP**, 2019.
21. PAVEZI, M. e Mainardes, J. (2019). Políticas de educação especial no estado de Alagoas. In Revista Brasileira de Educação Especial (Vol. 25, Edição 4, pp. 693–710). **Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial**, 2019.
22. MENCIA, M. G. F., Belancieri, M. de F., dos Santos, M. P Capellini, V. L. M. F. (2019). Escola inclusiva: Uma iniciativa partilhada por pais, alunos e funcionários da escola. *Psicologia Escolar e Educacional*, v, 23, 2019.
23. FERNANDES, de C. P. (n.d.). O que podemos aprender com os autistas: A experiência clínica de uma professora do ensino fundamental e um aluno autista. **Psicologia em Revista, Belo Horizonte**, v. 25, n. 3, p. 1316-1330, dez. 2019
24. MARQUES, Circe Mara; CARON, Lurdes; CRUZ, Adriane Alves da. Inclusão da criança com deficiência no ensino regular: olhar das famílias sobre a inclusão na escola. **Práxis Educativa**, v. 15, 2020.
25. REZENDE, M., F. L. de R., da Silva, D. S. de Barbosa-Andrade, F. S., & Silva, D. N. H. (2020). MEDIAÇÃO EM SALA DE AULA NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO NAS ESCOLAS INCLUSIVAS. *Psicologia Escolar e Educacional*, 24, 2020.
26. MACHADO, M. S., & SIQUEIRA, M. (2020). Ensino de ciencias e inclusão:

representações sociais de professoras do fundamental II. **Ensaio Pesquisa Em Educação Em Ciências (Belo Horizonte)**, v, 22, 2020.

27. ROMAN, M. D.; MOLERO, E. S. DA S.; SILVA, C. C. B. DA. CONCEPÇÕES DE PROFESSORES SOBRE A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM ESTUDO DE CASO. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 24, p. e217022, 2020.

28. SOARES, A. W; LEAL D. Pela voz do outro: a construção social da deficiência na escola. **Psic. da Ed., São Paulo**, 51, 2º sem. de 2020

29. VIZZOTTO, Patrick Alves. Inclusão na Educação Básica Brasileira: Análise do Censo Escolar por Meio dos Microdados do Inep. **Ensaio Pedagógicos**, v. 4, n. 1, p. 102-112, 2020.

30. SCHIER, Paulo Ricardo; DOS REIS PEREIRA, Ricardo. O direito fundamental à educação inclusiva e a retenção voluntária das crianças com deficiência intelectual na educação infantil por um ano adicional. **RFD-Revista da Faculdade de Direito da UERJ**, n. 39, p. 186-210, 2021.

31. BENITEZ, P. et al.. Atitudes Sociais de Agentes Educacionais em Relação à Inclusão e à Formação em Análise do Comportamento Aplicada. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 27, p. e0125, 2021.

32. BARROS, J. D. S, Destro Fidêncio, V. L. (2021). Conhecimento de professores sobre a inclusão de alunos com deficiência auditiva no ensino regular. **Journal Health NPEPS**, 6(2), 122–136. 2021

33. SCHABBACH, L. M., da Rosa, J. G. L. (2021). Segregar ou incluir? Coalizões de defesa, ideias e mudanças na educação especial no Brasil. *Revista de Administração Pública*, dez, 2021.

34. ABREU, Fagner Silva Barbosa de. Ensino de Ciências e a Inclusão de Estudantes com Deficiência Intelectual: relatos de professores da rede pública municipal de ensino de São Paulo. **Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo**, São Paulo, 2021.

35. SANTANA, R. S. O ensino de Ciências por investigação no e Ensino Fundamental: possibilidades e desafios com estudantes surdos. Tese (Doutorado em Educação) - **Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021**
36. CAMIZÃO, AC, Conde, PS, & Victor, SL (2021). Implementação do ensino remoto durante a pandemia: qual o lugar da educação especial? **Educação e Pesquisa, 47, São Paulo**, v. 47, e245165, 2021.
37. DE OLIVEIRA, Elisa Regina Castro; SOUZA, Marcia Maurilio; DE OLIVEIRA FONSECA, Marcelo. Relação entre famílias de alunas (os) com deficiências e escolas no contexto da educação inclusiva: uma revisão da literatura. **Revincluso-Revista Inclusão & Sociedade**, v 2, n. 1, p. 22-22, 2022.
38. BIANCHETTI, L. Aspectos históricos da apreensão e da educação dos considerados deficientes. In: BIANCHETTI, L.; CORREIA, J.A. In/**Exclusão no trabalho e na educação: aspectos mitológicos, históricos e conceituais**. Campinas/SP: Papyrus, 2011, p.81-110.
39. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: 17 set. 2023.
40. ORLANDO, R. M; CAIADO, K. R. M. **Professores universitários com deficiência: trajetória escolar e conquista profissional**. Educação & Realidade. 2014, v. 39, n. 3, pp, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/edreal/a/MHSVpRYK6KBztHCpJjk9v7N/abstract/?lang=pt>> Acesso em:20/11/2023.
41. FERREIRA, Maria Beatriz. A lei 9394/96 e o contexto da formação do professor alfabetizador. **Formação de professores: escolas, práticas e saberes. Ponta Grossa: UEPG**, p. 23, 2005.
42. RABELO, Lucélia Cardoso Cavalcante. **Ensino colaborativo como estratégia de formação continuada de professores para favorecer a inclusão escolar**. 2012.

43. JANUZZI, Gilberta. Algumas concepções de educação do deficiente. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 25, n. 3, 2004.
44. UFMG, **Opinião: Você é capacitista?**. Escola de enfermagem ufmg. 2022. Disponível em: <<http://www.enf.ufmg.br/index.php/noticias/2254-opiniao-voce-e-capacitista>> Acesso em: 12/12/2023
45. SABINO, G; PERREIRA, P. H. Interpretação na Libras da Declaração Universal Sobre a Diversidade Cultural. **NJINGA e SEPÉ: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras**, v. 1, n. 1, p. 362-363, 2021.
46. DINIZ, D.; BARBOSA, L.; SANTOS, W. R. dos. Deficiência, Direitos Humanos e Justiça. *Revista Internacional de Direitos Humanos*, São Paulo, v. 6, n. 11, p. 64-77, dez. 2009. Disponível em: . Acesso em: 05 abr. 2013.
47. FREIRE, Paulo. *Pedagogia da libertação em Paulo Freire*. Editora Paz e Terra, 2018.
48. AUBERT, A. et al. **Aprendizagem Dialógica na Sociedade da Informação**. São Carlos: EdUFSCar, 2016.
49. DIAS, A. **Por uma genealogia do capacitismo: da eugenia estatal à narrativa capacitista social**. Anais do I Simpósio Internacional de Estudos sobre a Deficiência – SEDPcD/Diversitas/USP Legal – São Paulo, junho/2013.
50. AMARAL. L.A. **Sobre crocodilos e avestruzes: falando de diferenças físicas, preconceitos e sua superação**. In: AQUINO, J. G. (Org.). *Diferenças e preconceitos na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1998.
51. Gerais, Rev. Interinst. Psicol. vol.14 no.spe Belo Horizonte dez. 2021